

Mudança de postura facilita a concessão de novos empréstimos

por Peter Truell
de The Wall Street Journal

Agora que o Brasil está tentando fazer acordo com seus credores, provavelmente os bancos internacionais serão logo solicitados a emprestar a este País vários bilhões de dólares a mais, disseram funcionários brasileiros e banqueiros, em Nova York.

A forma como os bancos irão responder a esta difícil tarefa ajudará a entender o futuro da crise da dívida dos países latino-americanos e de outros países em desenvolvimento.

Desde que o México ficou sem dinheiro em agosto de 1982, os bancos se mostraram relutantes em emprestar aos países em desenvolvimento fortemente endividados e, de maneira geral, recuperaram mais dinheiro do que emprestaram a estes países. No ano passado, os grandes bancos norte-americanos e britânicos acrescentaram em conjunto mais de US\$ 23 bilhões às suas reservas para prejuízos de empréstimos aos países em desenvolvimento, em resposta à deterioração das relações com o Brasil e outros importantes países devedores.

Desde o dia 29 de dezembro, quando o México, o J.P. Morgan & Co, e o Tesouro norte-americano anunciaram um plano para a dívida, que envolve a troca de antigas dívidas bancárias por novos bônus, falou-se mais a respeito da "securitização" das dívidas bancárias dos países em desenvolvimento — o que provavelmente implicará na redução do valor das dívidas por parte dos bancos. A "securitização" envolve a conversão da dívida, frequentemente abaixo do valor facial, por instrumentos comercializáveis, como ações e bônus.

Tudo isso torna mais difícil para os bancos emprestar dinheiro ao Brasil. Mas se os bancos já reduziram ainda mais o volume dos empréstimos, muitos países devedores poderão achar impossível pagar o serviço da dívida. "Se os grandes bancos se esquivarem rapidamente por causa da pressão feita sobre eles pelos acionistas e analistas (de corretagem de valores), não terão o pagamento de seus juros", disse Pedro Pablo Kuczynski, diretor administrativo do First Boston Corp.

Interrupções contínuas do pagamento dos juros depimirão os lucros dos bancos em 1988. Esses lucros já sofreram consideravelmente no ano passado por causa da recusa do Brasil em pagar juros estimados em US\$ 67 bilhões sobre sua dívida bancária externa. O "chairman" do Citicorp, John S. Reed, disse na semana passada que a questão mais importante a enfrentar por seu banco era a de levar o Brasil a

reiniciar os pagamentos dos juros. Nesta semana, o Brasil retomou o demorado processo de encerramento de uma moratória de um ano sobre os pagamentos dos juros com um pagamento de US\$ 350 milhões, que cobre os juros atrasados de janeiro, mas ainda precisa concluir um acordo global sobre a dívida.

Empréstimo para incentivar as exportações no Terceiro Mundo

A estratégia do governo norte-americano para a dívida, anunciada pelo secretário do Tesouro, James Baker, em 1985, pede aos bancos comerciais e ao Banco Mundial que continuem fazendo empréstimos aos países em desenvolvimento fortemente endividados, em troca de reformas econômicas para incentivar as exportações nesses países. O Banco Mundial e outros bancos internacionais de desenvolvimento aumentaram seus empréstimos líquidos para tais países nos últimos três anos.

Mas os bancos comerciais geralmente se esforçaram em reduzir seus empréstimos a estes países, inclusive o Brasil, México, Argentina, outros países latino-americanos, as Filipinas, Iugoslávia, Nigéria e Marrocos. Em junho do ano passado, as reivindicações dos bancos norte-americanos em relação a estes quinze países totalizavam US\$ 84,8 bilhões, uma redução de 8% em relação aos US\$ 92,2 bilhões que os bancos diziam ter a receber em dezembro de 1982. Tendo em conta a inflação, a redução teria sido substancialmente maior.

Os banqueiros afirmam que parte dessa redução é devida a vendas e cancelamentos de empréstimos, que reduziram os empréstimos totais registrados dos bancos, mas não reduziram o crédito bancário à disposição dos países devedores. Mas, acima de tudo, os bancos emprestarão ao Brasil em vista de suas nova posição sobre a dívida, afirmam os analistas.

"Os bancos foram muito pacientes com o Brasil. Eles mudarão sua atitude e emprestarão dinheiro ao Brasil. Eles têm muita coisa em jogo para deixar de fazer isso", disse Rimmer De Vries, principal economista internacional da Morgan Guaranty Trust Co.

O novo ministro das Fi-

nanças do Brasil, Mailson Ferreira da Nóbrega, disse nesta semana que seu país está agora buscando um acordo ortodoxo sobre a dívida depois de brigar durante quase um ano com seus credores externos. O governo norte-americano leva em consideração a mudança de atitude do Brasil.

"Este novo rapaz (Nóbrega), esse tem a abordagem correta. Ele parece ter um pouco mais de entrosamento com Sarney", disse um funcionário administrativo. "Da maneira como vão as coisas no campo político lá em baixo, é tão duro que Nóbrega pode ser afastado. Mas ele está tentando normalizar as coisas."

Alguns, porém, estão descrentes. Kuczynski, do First Boston, ex-ministro do governo peruano e especialista sobre a dívida dos países em desenvolvimento, afirma que o Brasil foi "amedrontado" pelos credores e obrigado a mudar de posição.

Credores acham benéfico para o País abandono da moratória

Amedrontado ou não, o presidente do Brasil e o novo ministro das Finanças decidiram que a moratória e as más relações com os credores não eram construtivas. Durante a moratória, o custo do financiamento comercial brasileiro aumentou, as reservas do País não cresceram muito, o investimento caiu e o Brasil não ganhou concessões de seus credores, disseram Nóbrega e outros funcionários brasileiros.

A nova proposta de conversão da dívida do México pode também ter levado o Brasil a repensar sua política em relação à dívida externa. O Brasil gostaria de tentar um plano semelhante para reduzir sua dívida bancária, mas precisa de fortes reservas e de muita boa vontade dos credores para levar adiante um programa desse tipo.

Lembrando a necessidade de conseguir dinheiro novo para o Brasil, o governo norte-americano e o Morgan minimizaram o impacto da proposta mexicana sobre a estratégia internacional da dívida. Eles a apresentaram como uma forma para que as insatisfeitas instituições bancá-

rias de empréstimo possam sair do negócio de empréstimos ao México.

A proposta foi fortemente combatida. Um relatório divulgado na semana passada pela Salomon Brothers Inc. criticou-a duramente. "No momento, parece que ela está recebendo uma fraca aceitação", disse Kuczynski, embora elogiasse o plano por ter feito progressos na "securitização" da dívida dos países em desenvolvimento.

Mas o México, e particularmente seu diretor do Crédito Público, Angel Gurria, o Morgan e, em escala menor, o Tesouro norte-americano, empenharam nessa proposta seu grande prestígio.

Um trabalho de persuasão de última hora sobre os bancos por parte do México, do Morgan e do governo norte-americano poderá incentivar o leilão. Mas o governo norte-americano desmente que tenha essa intenção. "Nós estamos de fora nessa transação mexicana, por isso no dia 19 de fevereiro veremos uma verdadeira participação", disse um funcionário do governo americano.

Enquanto isso, o terceiro maior devedor da América Latina, a Argentina, está lutando para enfrentar o problema de centenas de milhões de dólares de pagamentos de juro sobre sua dívida bancária externa, que já deixou de saldar ou que dentro em breve será incapaz de saldar.

O presidente do banco central da Argentina, José Luis Machinea, está tentando remendar um programa econômico revisado que apresentou ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Se conseguir isso, a Argentina deverá receber um total de US\$ 900 milhões em empréstimos do FMI, dos bancos comerciais e do Export-Import Bank do Japão, para poder cobrir os pagamentos de juros pelo menos até o final de março, segundo um banqueiro norte-americano.